

FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)

De: Presidencia
Enviado em: sexta-feira, 4 de março de 2016 16:59
Para: Botafogo de Futebol e Regatas
Cc: FERJ - SECRETARIA (secretaria@fferj.com.br)
Assunto: ENC: DEFERIDO EFEITO SUSPENSIVO - PROCESSO Nº 356/2015 - STJD
Anexos: image001.jpg; image004.png; image003.jpg; image002.png; DESPACHO
Processo 035.2016 - Botafogo (Lucas Ribamar) - decisão concessiva de efeito
suspensivo.doc

De: Rj Presidencia [mailto:rj.presidencia@cbf.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 4 de março de 2016 16:56
Para: Presidencia
Assunto: ENC: DEFERIDO EFEITO SUSPENSIVO - PROCESSO Nº 356/2015 - STJD

De: Adriana Costa Solis
Enviado: sexta-feira, 4 de março de 2016 15:54
Para: anibal@botafogo.com.br; ANDREALVES@BFR.COM.BR; Botafogo; Rj Presidencia; Cleone Silva; Manoel Flores;
Ronilson Carvalho dos Santos; Rodrigo de Souza Lu; André Augusto Ramos Rodrigues; Neivaldo da Penha Junior
Cc: dany.lameira@gmail.com
Assunto: DEFERIDO EFEITO SUSPENSIVO - PROCESSO Nº 356/2015 - STJD

Favor enviar ao seu filiado



OFÍCIO/SEC nº

072/2016 - STJD

Do: Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol.

Para: Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.


Para: Botafogo de Futebol e Regatas

Rio de Janeiro, 04 de março de 2016.

Expediente
04/03/16

De ordem do Dr. Auditor Relator deste Superior Tribunal de Justiça Desportiva, Miguel Marciliano Junior, referente ao Processo nº 035/2016 - STJD (001/16 – 2ª CD)- Recurso Voluntário - tendo como **Recorrente: Botafogo de Futebol e Regatas**, em favor de seu atleta **Lucas Ribamar Lopes dos Santos Bibiano** – Recorrido: **Segunda Comissão Disciplinar**, informo que através de despacho, foi deferido o pedido de efeito suspensivo requerido pelo Recorrente , conforme dispõe art. 147 A do CBJD.

Informo outrossim que segue cópia do despacho em seu inteiro teor.


Adriana Solis
Secretária do STJD

Adriana Solis



STJD | Superior Tribunal de Justiça Desportiva

adriana.solis@cbf.com.br

+55-21-2532-8709

www.cbf.com.br

Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao destinatário da mensagem. Caso você a tenha recebido por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A CBF não se responsabilizará pelo conteúdo ou pela veracidade desta informação.

Recurso voluntário nº **035/2016**.

Recorrente: Botafogo de Futebol e Regatas, em favor de seu Atleta Lucas Ribamar Lopes dos Santos Bibiano.

Recorrida: Procuradoria da Justiça Desportiva.

DECISÃO

Cuida-se de recurso voluntário interposto por Botafogo de Futebol e Regatas (folhas 42/48), em favor de seu Atleta Lucas Ribamar Lopes dos Santos Bibiano, contra a decisão proferida pela 2ª Comissão Disciplinar deste STJD (folhas 20/21), que, com lastro nos fatos relatados na súmula de folhas 07/11, bem assim na denúncia apresentada pela Procuradoria da Justiça Desportiva (folhas 02/04), condenou o mencionado Jogador à penalidade de suspensão, por 04 (quatro) jogos, por afronta ao artigo 254-A c/c 182, §3º, ambos do Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD.

Nas razões recursais que apresenta, postula o Recorrente, preliminarmente, a concessão de efeito suspensivo, com supedâneo no artigo 147-A do CBJD.

Para tanto, alega estarem presentes os requisitos alegais autorizadores, vez que a fumaça do bom direito residiria no fato de que *“a matéria aduzida no Recurso encontra respaldo no código Brasileiro de Justiça Desportiva, bem como nas recentes decisões desse E. Superior Tribunal de Justiça Desportiva”* e que a não concessão da medida suplicada causará *“irreparável prejuízo ao Recorrente, na medida em que, na ocasião do julgamento do Recurso Voluntário pelo E. Superior Tribunal de Justiça Desportiva, provavelmente, já terá cumprido a pena que lhe foi imposta, ou, ao menos, a maior parte da pena”* (perigo da demora).

Relatei. Decido.

Ao compulsar os autos, verifico, de plano, que razão assiste ao Recorrente quanto ao pedido de suspensão da eficácia da decisão

proferida pela 2ª Comissão Disciplinar deste STJD, até o julgamento final do recurso voluntário interposto, exclusivamente no ponto em que aplicou ao Jogador Lucas Ribamar Lopes dos Santos Bibiano a penalidade de suspensão, por 04 (quatro) jogos.

Com efeito, é de saber correntio da comunidade jurídico-desportiva que, pela norma insculpida no artigo 147-A do CBJD, é facultado ao relator conceder efeito suspensivo a recurso sempre que, convencido da verossimilhança das alegações, a simples devolução da matéria ventilada puder causar ao recorrente prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Eis exatamente a hipótese aqui retratada. Com efeito, consoante consta da decisão de folhas 20/21, o Jogador da Agremiação Recorrente foi condenado à penalidade de suspensão, por 04 (quatro) partidas, em decorrência dos fatos deflagrados no relatório sumular de folha 08.

Assim, é evidente que o cumprimento imediato da decisão condenatória poderá causar prejuízo irreparável mencionado Atleta, na medida em que, acaso provido o recurso voluntário de folhas 42/48, certamente já terá ele cumprido a suspensão imposta, situação sabidamente irreversível e que, portanto, deve-se evitar, sob pena de grassar enorme insegurança jurídica.

Ressalto, por oportuno, que, ao contrário, a concessão do efeito suspensivo suplicado não resultará em qualquer medida de natureza irreversível, sobretudo porque, na hipótese de desprovemento da insurgência, não há qualquer óbice à inteira satisfação do comando condenatório imprimido pela Comissão Disciplinar.

Por essas razões, com fundamento no artigo 147-A do CBJD, e por estar convicto quanto à presença dos requisitos legais autorizadores, **CONCEDO** o efeito suspensivo vindicado, para determinar a

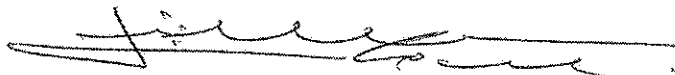
suspensão, até o julgamento final do recurso voluntário de folhas 42/48, da eficácia da decisão proferida pela 2ª Comissão Disciplinar, que condenou o Jogador Lucas Ribamar Lopes dos Santos Bibiano, do Botafogo de Futebol e Regatas, à penalidade de suspensão por 04 (quatro) partidas, por afronta ao artigo 254-A e 182, §3º, do CBJD.

Dê-se vista à Procuradoria da Justiça Desportiva para, caso queira, oferecer manifestação.

Após, inclua-se em pauta para julgamento.

Intime-se. Cumpra-se.

De Goiânia para o Rio de Janeiro, 03 de março de 2016.



Miguel Ângelo Cançado
- Auditor STJD -